

Minério de ferro estocado em pátio em São Luís (MA)

Criação de polo siderúrgico em São Luís (MA) pode gerar danos socioambientais

DATA DE EDIÇÃO
16/01/2013

MUNICÍPIOS
MA - São Luís

LATITUDE
-2,5297

LONGITUDE
-44,3027

SÍNTESE

A Vale e a empresa chinesa Baosteel pretendiam instalar um complexo de três usinas siderúrgicas e duas guseiras em São Luís (MA). O empreendimento causaria impactos socioambientais, pois removeria 11 comunidades tradicionais, agravaria a questão do abastecimento de água na região e destruiria cerca de 10 mil hectares de manguezais. Houve forte resistência local, o que contribuiu para a Vale desistir da empreitada.

APRESENTAÇÃO DE CASO

Em 2001, o governo do estado do Maranhão assinou um protocolo de intenções com a Vale para a construção do polo siderúrgico de São Luiz (SANT'ANA JÚNIOR, 2006). Em 2004, a Vale iniciou estudos para verificar a viabilidade de instalar um complexo de três usinas siderúrgicas e duas guseiras [empresas que transformam o minério em ferro-gusa, matéria prima para a produção de aço], na capital maranhense (ALMEIDA, 2005; SANTANA, 2005 apud MILANEZ; PORTO, 2008).

O polo constituiria um desdobramento do Projeto Grande Carajás, que visa criar, explorar e comercializar as jazidas de minério de ferro localizadas na região de Marabá, no sul do estado do Pará, pois seria composto de usinas siderúrgicas destinadas ao beneficiamento em larga escala da produção do minério obtido no sul do Pará. O empreendimento teria a vantagem de minorar os custos com transporte, pois se localizaria nas proximidades do Porto de Itaqui, equipado para exportação, em grande escala, de minérios, de seus derivados e de produtos agrícolas (SANT'ANA JÚNIOR, 2006).

De acordo com o projeto, o polo teria capacidade de produzir cerca de 22,5 milhões de toneladas de aço por ano, principalmente produto semiacabado para a exportação (ALMEIDA, 2005; SANTANA, 2005 apud MILANEZ; PORTO, 2008). Isso faria do estado do Maranhão o principal produtor de aço do país (MILANEZ; PORTO, 2008). Em 2007, existiam no Maranhão sete companhias do setor, todas voltadas para a exportação, mas nenhuma delas produzindo aço, apenas ferro-gusa: cerca de 1,6 milhão de toneladas anuais (DIÁRIO COMÉRCIO INDÚSTRIA E SERVIÇOS, 2007).



Pilha de minério de ferro

O polo siderúrgico, que seria construído em parceria com a empresa chinesa Baosteel, se localizaria a seis quilômetros do centro da cidade de São Luís, em uma área de 2.471 hectares (ha) (MILANEZ; PORTO, 2008), que ia do Porto do Itaqui até a Cabeceira do Arapapaí, na Vila Maranhão (IBAMA, 2006).

Ainda em 2004, a área foi declarada como de utilidade pública para fins de desapropriação pelo governo do Maranhão (Decretos nº 20.727-DO, de 30-08-2004, e nº 20.781-DO, de 29-09-2004), o que implicaria o deslocamento compulsório de seus moradores e/ou daqueles que a utilizavam de forma

produtiva. Estes moradores eram estimados em mais de 14.400 pessoas distribuídas em doze povoados (Vila Maranhão, Taim, Cajueiro, Rio dos Cachorros, Porto Grande, Limoeiro, São Benedito, Vila Conceição, Anandiba, Parnuaçu, Camboa dos Frades e Madureira) (SANT'ANA JÚNIOR, 2006).



Entrada do Porto do Itaqui

Visando viabilizar tal deslocamento, o governo do estado e a Vale contrataram a empresa paulista Diagonal Urbana Consultoria Ltda. para fazer o Diagnóstico Socioorganizativo da área. A Diagonal entrou em contato direto com os moradores, levantou dados e chegou a marcar as casas das famílias que deveriam ser deslocadas (com exceção dos povoados de Rio dos Cachorros e Taim, nos quais os moradores resistiram e impediram a marcação). Paralelamente, a Vale instalou uma draga na praia próxima ao Povoado do Cajueiro, que retirava areia do local para aumentar a profundidade das águas. Esta draga trouxe problemas e prejuízos para os pescadores do povoado, aumentando a sensação de insegurança com relação às possibilidades da permanência da população no local (SANT'ANA JÚNIOR, 2006).

Outro empecilho era o fato de a área prevista para o empreendimento estar situada na Zona Rural II da capital maranhense, em desacordo com a Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São Luís, em vigor desde 1992, a qual determina que empreendimentos industriais somente podem ser implantados em Zona Industrial. Visando eliminar a dificuldade, a Prefeitura de São Luís encaminhou à Câmara Municipal um projeto de alteração desta lei, convertendo a área em Zona Industrial. Este projeto de lei abriu uma ampla polêmica e provocou a realização de audiências públicas e debates no Plenário na Câmara, bem como a mobilização de moradores e de organizações que atuavam na área, de entidades ambientais e populares, e de entidades empresariais locais. Constituiu-se, assim, um amplo debate público, com posições polarizadas entre os defensores e os contrários à instalação do polo (SANT'ANA JÚNIOR, 2006).

As comunidades afetadas pela possível implantação do projeto, juntamente com entidades ambientalistas e movimentos sociais, criaram em 2004 o movimento “Reage São Luís”, buscando defender os interesses dos principais prejudicados e construindo uma oposição ferrenha à instalação do polo (MILANEZ; PORTO, 2008).

Dentre os impactos sociais alegados pelos contrários ao empreendimento, estava a remoção de populações rurais, marisqueiros, pescadores artesanais e quilombolas [de suas terras] (SANTANA, 2005; CONAMA, 2006 apud MILANEZ; PORTO, 2008). A população não teria outra área equivalente ao seu espaço físico na ilha de São Luís e, mesmo com a indenização das propriedades e benfeitorias, grande parte terminaria por abandonar a zona rural, indo aumentar o número dos moradores das áreas periféricas da grande São Luís (IBAMA, 2006).

Do ponto de vista ambiental, o polo siderúrgico de São Luiz consumiria entre 8 e 13 milhões de toneladas de combustível fóssil, e necessitaria de cerca de 2.400 litros de água por segundo, apesar de estar em uma localidade onde já havia problemas no abastecimento, e cuja população somente recebia água em dias alternados (MILANEZ; PORTO, 2008). Além disso, emitiria 1,5 toneladas de dióxido de carbono para cada tonelada de aço produzida, ecossistema no qual parte da população explorava tradicionalmente os recursos pesqueiros, tanto para o autoconsumo, quanto para a comercialização, e que era uma das áreas de reprodução do peixe-boi, espécie marinha ameaçada de extinção (SANT'ANA JÚNIOR, 2006).

Ainda, para a implementação do projeto, seria necessária a instalação de lagoas de contenção de lama ácida, e, na hipótese de vazamento, estas lagoas poderiam contaminar os mangues. Existia ainda a possibilidade de ocorrer chuva ácida na região, causando [mais] danos aos manguezais (IBAMA, 2006).



Siderurgia: investimentos condicionados à demanda

A pressão de entidades e grupos sociais contrários à implantação do polo levou à alteração do projeto inicial, excluindo as áreas de preservação permanente, constituídas de nascentes e cursos d´água, e reduzindo o local do empreendimento para 1.068 ha. Desta forma, o distrito industrial se restringiria à instalação de uma única usina

siderúrgica (em vez das três inicialmente previstas) e atingiria apenas o povoado de Cajueiro e parte da Vila Maranhão (SANT'ANA JÚNIOR, 2006).

Algumas associações de moradores de localidades em vias de serem deslocadas, capitaneadas pela Associação de Moradores do Taim, através de abaixo assinado, solicitaram também ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que desse andamento ao antigo pedido de constituição de uma Reserva Extrativista. Assim, o Ibama, seguindo a legislação ambiental brasileira e atendendo à demanda local, abriu o processo de implantação da Reserva Extrativista do Taim, que abrangeria os povoados de Porto Grande, Rio dos Cachorros, Cajueiro, Limoeiro, Taim, parte da Vila Maranhão e a Ilha de Tauamirim (SANT'ANA JÚNIOR, 2006).

Em virtude do cenário exposto, e alegando os elevados "custos ambientais" do projeto, a Vale acabou por considerar a transferência do investimento para outro local (SPITZ, 2007 apud MILANEZ; PORTO, 2008), o que de fato aconteceu. Em 2007, a empresa e a Baosteel assinaram um protocolo de intenções para a construção da usina siderúrgica no pólo industrial de Anchieta, no Espírito Santo (WENTZEL, 2007).

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

As áreas impactadas pelo pólo siderúrgico em São Luís (latitude 2°31'47"S e longitude 44°18'10"W) corresponderiam a cerca de 10 mil ha de manguezais que atingiriam, em especial, a comunidade de Cajueiro e parte da Vila Maranhão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DIÁRIO COMÉRCIO INDÚSTRIA E SERVIÇOS. Maranhão atrai gigantes para pólo siderúrgico, 16 jul. 2007. Disponível em: http://www.dci.com.br/noticia.asp?id_editoria=1&id_noticia=182673. Acesso em: 11 jul. 2010.

IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Laudo Sócio-Econômico e Biológico para Criação da Reserva Extrativista do Taim, São Luis, jun. 2006. Disponível em: http://www.ibama.gov.br/consulta/downloads/laudo_biologico_do_taim.pdf. Acesso em: 11 jul. 2010.

MILANEZ, Bruno; PORTO, Marcelo Firpo de Souza. A ferro e fogo: impactos da siderurgia para o ambiente e a sociedade após a reestruturação dos anos 1990, IV Encontro Nacional da Anppas, 4 a 6 jun. de 2008, Brasília – DF. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT6-61-8-20080509163054.pdf. Acesso em: 10 jul. 2010.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. Pólo Siderúrgico e Conseqüências Sócio-Ambientais. VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural: 20-24 nov. 2006, Quito, Equador. Disponível em: http://www.alasru.org/cdalasru2006/14%20GT%20Hor%C3%A1cio%20Antunes%20de%20Sant'Ana%20J%C3%BAnior.pdf Acesso em: 11 jul. 2010.

WENTZEL, Marina. Siderúrgica chinesa fará usina no Brasil com Vale do Rio Doce. In: Folha Online, 18 jul. 2007. Disponível em:http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u312863.shtml. Acesso em: 12 jul. 2010.